MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Plano Diretor de Logística Sustentável

2026-2027

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente

Geraldo Alckmin

Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima

Ministra de Estado

Marina Silva

Secretaria-Executiva

Secretário-Executivo

João Paulo Ribeiro Capobianco

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Subsecretária

Ana Beatriz de Oliveira

Coordenadora-Geral de Gestão Administrativa

Anne Gracielle da Silva Roque

Coordenador-Geral de Compras e Contratos

Zailton Holanda Batalha

Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas

Gustavo Müller de Podestà

Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação

Clelson Salles Rodrigues

Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças

Renato Spíndola Fidelis

MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINITRAÇÃO

Plano Diretor de Logística Sustentável

2026-2027

Brasília - DF
MMA
2026

@2026 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original em: https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/governanca/plano-diretor-logistica-sustentavel.pdf

COORDENAÇÃO
Ana Beatriz de Oliveira
ELABORAÇÃO
Luciano Koji Shimizu
Zaílton Holanda Batalha
REVISÃO
Ana Beatriz de Oliveira
Luciano Koji Shimizu
Zaílton Holanda Batalha
COLABORADORES
Alan Clécio Queiroz Figueiredo
Carolina Juliani Campos
Elton Souza Aragão
Homero Vasconcelos Benevides
Mariane Berto Aleixo
Ney Rêgo Barros Júnior
Paulo Giordanni Dias Lima
Vinicius Mendes Machado
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Luciano Koji Shimizu

Créditos de imagens

As imagens utilizadas nesta cartilha foram obtidas por meio de licença regular do Adobe Stock, em conformidade com os termos de uso e de licenciamento estabelecidos pela plataforma, sendo empregadas exclusivamente para fins educacionais e institucionais.
Os ícones dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) utilizados na figura 1 do documento são de autoria da Organização das Nações Unidas (ONU), no âmbito da Agenda 2030.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

B823p Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
Plano diretor de logística sustentável [recurso eletrônico] : 2026-2027. – Brasília, DF : MMA 2026.
64 p. : il. color.

Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-85-7738-605-5 (online)

1. Práticas sustentáveis. 2. Gestão Pública. 3. Política pública ambiental. 4. Proteção ambiental. 5. Sustentabilidade.

CDU 502:35.073.1

IBAMA
Biblioteca Nacional do Meio Ambiente
Thaís da Silva Rodigues – CRB1/3688

Quadros

Quadro 1 - Objetivo principais do PLS 6
Quadro 2 - Funções principais do PLS 9
Quadro 3 - Alinhamento estratégico 10
Quadro 4 - Diretrizes do PLS 12
Quadro 5 - Diretrizes específicas 14
Quadro 6 - Síntese da fase de preparação 17
Quadro 7 - Síntese da fase de elaboração 18
Quadro 8 - Síntese da fase de elaboração 19
Quadro 9 - Metodologia de Levantamento e Fontes de Informação 21
Quadro 10 - Perfil de gastos por modalidade 26
Quadro 11 - Eixos temáticos e situações levantadas 27
Quadro 12 - Água 30
Quadro 13 - Energia elétrica 31
Quadro 14 - Galões de água 32
Quadro 15 - Impressões 33
Quadro 16 - Papel 34
Quadro 17 - Mobilidade sustentável 35
Quadro 18 - Equipamentos eletrônicos 36
Quadro 19 - Sala de amamentação 37
Quadro 20 - Mudança de layout 38
Quadro 21 - Taxa de ocupação das estações de trabalho 39
Quadro 22 - Modernização do sistema de ar-condicionado 40
Quadro 23 - Modernização dos elevadores 41
Quadro 24 - Equipamentos da tecnologia de informação 42
Quadro 25 - Emissões de CO_2 43
Quadro 26 - Certificações de boas práticas ambientais e de responsabilidade social corporativa 44
Quadro 27 - Plataforma de cursos e capacitações 45
Quadro 28 - Campanhas periódicas de conscientização 46
Quadro 29 - Ações de capacitação em sustentabilidade 47
Quadro 30 - Exames periódicos 48
Quadro 31 - Comissão de monitoramento e avalição 49
Quadro 32 - Qualidade de vida no trabalho 50
Quadro 33 - Contratação de mão de obra 51
Quadro 34 - Plano de Prevenção e Combate ao Assédio e à Discriminação 52

Apresentação

O Plano de Logística Sustentável (PLS) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), referente ao período 2026–2027, é um instrumento estratégico de governança e de promoção de práticas sustentáveis. Instituído em conformidade com a Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, foi elaborado em conformidade com o modelo referência da Portaria SEGES/MGI nº 5.376, de 14 de setembro de 2023.

Este documento materializa o compromisso do MMA com a gestão pública moderna, eficiente, ética e ambientalmente responsável, fortalecendo a integração entre políticas públicas ambientais e práticas administrativas internas.

Como órgão central das políticas ambientais e climáticas do Brasil, o MMA acolhe, entre suas responsabilidades:

- Conduzir e articular políticas públicas voltadas à sustentabilidade e a proteção ambiental;
- Incorporar em sua própria gestão administrativa padrões de logística e de contratações que expressem, de forma exemplar, os valores de sustentabilidade que defende.

O PLS/MMA 2026–2027 foi elaborado com base em marcos estratégicos fundamentais:

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MMA (2024–2027)

estabelece a missão de enfrentar a emergência climática, proteger a biodiversidade, gerir florestas e recursos hídricos e promover uma economia verde

ESTRATÉGIA FEDERAL DE DESENVOLVIMENTO 2020–2031 (DECRETO Nº 10.531/2020)

orienta o crescimento econômico sustentável, a inovação, a competitividade e a responsabilidade social.

AGENDA 2030 E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

compromisso global assumido pelo Brasil, que direciona este plano na busca por práticas de consumo e produção sustentáveis, pela redução das desigualdades e pelo enfrentamento da crise climática.

LEI Nº 14.133/2021

Lei de Licitações e Contratos Administrativos: que estabelece a sustentabilidade como princípio fundamental das contratações públicas.

Além disso, O PLS/MMA está intrinsecamente integrado ao Programa de Integridade "Ambiente Íntegro" (Portaria GM/MMA nº 896/2023), reforçando os pilares de ética, transparência, prevenção de riscos e boas práticas de governança em todas as etapas das contratações e da gestão logística.

Quadro 1 - Objetivo principais do PLS

Objetivos principais do PLS

Integrar critérios ambientais, sociais, econômicos e culturais às práticas logísticas e de contratações do MMA.

Promover a qualidade de vida no trabalho dos servidores, assegurando ambientes saudáveis, acessíveis e inclusivos.

Garantir que as aquisições e contratações públicas considerem não apenas o menor preço imediato, mas o custo total e o impacto do ciclo de vida dos bens e serviços.

Estimular o mercado a adotar práticas inovadoras e sustentáveis, fortalecendo negócios de impacto socioambiental.

Racionalizar o uso de recursos públicos, promovendo eficiência, inovação e consumo consciente.

Assegurar a transparência ativa na execução do plano, com relatórios periódicos publicados no portal institucional.

Fonte: Elaborado pelos autores

Abrangência e vigência:

O PLS/MMA terá vigência de dois anos (2026–2027) e servirá como instrumento orientador para:

- O Plano de Contratações Anual (PCA);
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2025-2027);
- Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP);
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)
- Os Estudos Técnicos Preliminares (ETP);
- Os anteprojetos, projetos básicos e termos de referência (TR).

Sumário

Introdução 9
Diretrizes estratégicas 12
Metodologia da elaboração 16
Diagnóstico institucional 21
Relação entre eixos temáticos e situações levantadas 27
Plano de ações e metas por Eixo Temático 29
Iniciativas, Ações e Práticas de Sustentabilidade 53
Anexos Normativos e referências 61
Modelo de Relatório de Acompanhamento de Ações 62

Introdução

O Plano de Logística Sustentável (PLS) é definido como um instrumento de planejamento, governança e gestão estratégica, que estabelece diretrizes, objetivos, metas e ações voltados à sustentabilidade na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Busca equilíbrio, racionalidade e economicidade no uso dos recursos públicos, introduzindo práticas inovadoras voltadas à promoção da redução de desperdício, do uso mais eficiente dos bens e serviços, da economicidade, do incentivo à práticas sustentáveis dos prestadores de serviços a partir de contratações públicas pautadas por critérios que reflitam consciência ambiental e social.

No âmbito do MMA, o PLS/MMA carrega a missão de estreitar a relação entre o discurso e a prática, e se projeta como uma ferramenta que demonstra coerência institucional. Nesse diapasão não é excessivo afirmar que "o órgão que lidera a agenda ambiental do país deve adotar, em sua gestão interna, as mesmas práticas que defende na esfera pública". Destacamos aqui algumas delas:

Quadro 2 - Funções principais do PLS

FUNÇÕES PRINCIPAIS DO PLS

- Reduzir o consumo de recursos e otimizar o uso de insumos
- Garantir contratações públicas que considerem o custo do ciclo de vida dos bens e serviços e não apenas o menor preço imediato
- Promover a qualidade de vida no trabalho (QVT), com ambientes laborais inclusivos, acessíveis e saudáveis
- Estimular a inovação, o aprimoramento da Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, a integridade, a inclusão social, a responsabilidade social e a transparência nos processos de contratações
- Servir como base para a tomada de decisão estratégica em contratações e na gestão logística

Fonte: Elaborado pelos autores

Cabe afirmar que o PLS não é um documento "meramente" operacional, mas trata-se de um instrumento vivo e dinâmico, que requer o compromisso dos servidores, da alta gestão, dos colaboradores, das empresas fornecedoras e prestadoras de serviços.

Base normativa e legal

O PLS/MMA encontra amparo em um sólido arcabouço jurídico e estratégico que fundamenta sua implementação:

- Constituição Federal (art. 225): estabelece o dever de proteger e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.
- Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021: institui a obrigatoriedade da elaboração dos Planos de Logística Sustentável em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal.
- Portaria SEGES/MGI nº 5.376/2023: define o modelo de referência para elaboração dos PLS, estabelecendo conteúdo mínimo, metodologia de aferição de custos indiretos e responsabilidades.
- Decreto nº 10.531/2020 – Estratégia Federal de Desenvolvimento (2020–2031): determina como diretriz central a promoção da sustentabilidade econômica, social e ambiental no desenvolvimento nacional.
- Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): adotados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ratificados pelo Brasil, como marco global para práticas de sustentabilidade.
- Plano Plurianual (PPA 2024–2027): que articula as políticas públicas e programas governamentais, vinculando o PLS ao planejamento orçamentário da União.
- Programa de Integridade "Ambiente Íntegro" (Portaria GM/MMA nº 896/2023): que reforça a transparência, a ética e a prevenção de riscos no âmbito administrativo do MMA.

Alinhamento estratégico

O PLS/MMA está diretamente alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional do MMA (2024–2027), em especial aos seus quatro eixos estruturantes:

Quadro 3 - Alinhamento estratégico

01 Enfrentamento da emergência climática;	02 Proteção e uso sustentável da biodiversidade;
03 Gestão de florestas, águas e áreas protegidas;	04 Transição para uma economia verde, inclusiva e de baixo carbono.

Fonte: Elaborado pelos autores

Adicionalmente, contribui para os desafios nacionais previstos na Estratégia Federal de Desenvolvimento 2020–2031, tais como:

A promoção de negócios sustentáveis

O fortalecimento da competitividade e inovação

A construção de uma governança pública ética, íntegra e eficiente.

Por fim, o plano reforça compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Agenda 2030/ODS, particularmente nos Objetivos:

Figura 1 - PLS e objetivos da ODS

ODS 5: Igualdade de gênero

ODS 7: Energia acessível e limpa

ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico

ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura

ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis

ODS 12: Consumo e produção responsáveis

ODS 13: Ação contra a mudança global do clima

ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes

ODS 17: Parcerias e meios implementação

Fonte: Organização das Nações Unidas (ONU), Agenda 2030.

Assim, o PLS/MMA constitui um instrumento transversal, que não apenas cumpre a legislação e os normativos vigentes, mas também integra o esforço nacional e internacional em prol da sustentabilidade e da governança pública.

Diretrizes estratégicas

As diretrizes estratégicas do Plano de Logística Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima foram definidas em consonância com o Caderno de Logística Sustentável da Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e da Inovação (2024), com a Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, e com as especificidades institucionais do MMA.

Elas orientam a formulação de metas e ações, assegurando coerência entre os objetivos institucionais, os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, a legislação vigente e a missão do Ministério de liderar a agenda ambiental e climática.

Estão estruturadas em dois níveis:

Quadro 4 - Diretrizes do PLS

Diretrizes gerais, comuns a toda a Administração Pública	**Diretrizes específicas do MMA**, que incorporam a missão ambiental do Ministério e reforçam a coerência entre gestão interna e atuação externa.

Fonte: SPOA/MMA

As diretrizes gerais aplicam-se a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e foram estruturadas com base nos sete eixos temáticos sugeridos no Caderno de Logística Plano Diretor de Logística Sustentável, os quais abordam as dimensões relevantes da logística sustentável:

Figura 2 - Eixos temáticos do PLS

Fonte: Elaborado pelos autores

Da mesma forma que o PLS do MGI, identificou-se, no caso do MMA, a necessidade de incluir um sétimo eixo, denominado Eixo 7 – Gestão Humanizada de Pessoas, Inclusão, Equidade e Diversidade, cujo objetivo é contribuir para a logística sustentável ao promover um ambiente de trabalho mais humano e equitativo."

Diretrizes específicas do MMA

O MMA, como órgão central das políticas públicas ambientais, deve refletir sua missão institucional também na gestão administrativa. Assim, além das diretrizes gerais, são incorporadas as seguintes diretrizes específicas:

Quadro 5 - Diretrizes específicas

ID	Princípio/Diretriz	Base jurídico-normativa
PD01	Defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações	Constituição Federal, art. 225
PD02	Promover padrões de consumo e produção sustentáveis, reduzindo o uso de recursos naturais (água, energia, papel) e incentivando a eficiência no uso de insumos	Agenda 2030 – ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis), Lei nº 14.133/2021, art. 5º (princípio do desenvolvimento nacional sustentável), Decreto nº 7.746/2012 (sustentabilidade nas compras públicas), Lei nº 12.305/2010 (PNRS – uso eficiente de materiais e redução de resíduos)
PD03	Estimular compras públicas sustentáveis, incorporando critérios ambientais e sociais ampliados nos instrumentos convocatórios e priorizando bens recicláveis, eficientes e de baixo impacto	Lei nº 14.133/2021, arts. 5º; 11º, I e IV; 18º, VIII; 20, §1º, VI; 26, II; 34, §1º; Lei nº 12.305/2010 (PNRS), art. 7º, XI; art. 33; Decreto nº 10.531/2020 (EFD 2020–2031), itens 4.3.4 e 2.3.2; Agenda 2030 ODS 12.7; Decreto nº 11.430/2023 (contratações públicas socialmente responsáveis)
PD04	Priorizar a eficiência energética e a modernização de equipamentos, sistemas de climatização e infraestrutura predial, visando redução de emissões e custos	Lei nº 12.187/2009 (art. 6º, XII); Lei nº 14.133/2021 (arts. 5º; 11, I e IV; 18, VIII; 34, §1º); Lei nº 10.295/2001; Decreto nº 11.246/2022; Decreto nº 10.531/2020 (EFD 2020–2031); Agenda 2030 – ODS 7.3, 12.2, 12.7 e 13.
PD05	Promover mobilidade sustentável, incentivando uso de bicicletas, modais alternativos e reduzindo emissões oriundas de deslocamentos institucionais	Lei nº 12.587/2012 (arts. 5º, I–III; 6º, II e IV; 24); Lei nº 12.187/2009 (art. 6º, XII); Lei nº 14.133/2021 (arts. 5º; 11, I e IV; 26, III; 34, §1º); Decreto nº 11.246/2022; Decreto nº 10.531/2020 (EFD 2020-2031); Agenda 2030 – ODS 11.2 e 13.
PD06	Assegurar destinação adequada de resíduos e equipamentos inservíveis, priorizando reuso, triagem, reciclagem e logística reversa	Lei nº 12.305/2010 (arts. 6º; 7º, II, III, IV e XI; 8º; 24; 33); Decreto nº 10.936/2022 (arts. 27–34; 40; 45–48; 77–82); Lei nº 14.133/2021 (arts. 5º; 11, I; 18, VIII; 26, II; 34, §1º); Decreto nº 11.246/2022; Decreto nº 10.531/2020 (EFD 2020–2031); Agenda 2030 – ODS 12.4, 12.5 e 12.7.

PD07	Otimizar espaços físicos e estações de trabalho, promovendo racionalidade no uso das instalações e evitando custos desnecessários com reformas	Lei nº 14.133/2021 (arts. 5º; 11, I; 18, VIII; 34); Decreto nº 10.531/2020 (EFD 2020–2031); Agenda 2030 – ODS 11.3, 12.2 e 12.7.
PD08	Incorporar critérios de responsabilidade social, promovendo equidade, diversidade, inclusão e ética nas contratações públicas	Lei nº 14.133/2021 (arts. 5º; 11, I; 25, §9º; 62, IV); Decreto nº 11.430/2023; Decreto nº 9.571/2018; Agenda 2030 – ODS 5, 8, 10 e 12.7.
PD09	Garantir reserva de mão de obra para pessoas em situação de vulnerabilidade social, como egressos do sistema prisional, mulheres vítimas de violência, reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência, menores aprendizes	Lei nº 14.133/2021 (arts. 25, §9º; 62, IV); Decreto nº 11.430/2023; Lei nº 11.340/2006; Lei nº 7.210/1984; Agenda 2030 – ODS 5, 8, 10 e 16.
PD10	Promover ações permanentes de prevenção e combate ao assédio e à discriminação, assegurando ambiente de trabalho seguro e respeitoso	Lei nº 14.540/2023; Lei nº 8.112/1990 (arts. 116, IX; 117, VI e IX; 132); Convenções OIT nº 190 e nº 111; Decreto nº 9.571/2018; Agenda 2030 – ODS 5, 8 e 16.
PD11	Fortalecer processos de capacitação continuada em sustentabilidade, assédio, ética, responsabilidade social e demais temas estratégicos para o PLS	Decreto nº 9.991/2019; Lei nº 14.540/2023; Agenda 2030 (ODS 4, 5, 8, 12 e 16).
PD12	Desenvolver e fomentar soluções tecnológicas e digitais que ampliem acesso à capacitação, à informação e à gestão sustentável	Decreto nº 9.991/2019; Decreto nº 10.332/2020; Lei nº 12.527/2011; Agenda 2030 (ODS 4, 9, 12 e 16).

Fonte: Elaborado pelos autores

Metodologia da elaboração

O processo de elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) do MMA foi estruturado em conformidade com a Portaria SEGES/MGI nº 5.376/2023, que estabeleceu o modelo de referência para os PLS, juntamente com as diretrizes do Caderno de Logística Sustentável (2024).

A metodologia adotada buscou conjugar rigor técnico, transparência e participação, garantindo que o plano seja:

- Exequível, com ações viáveis de implementação;
- Robusto, com base normativa sólida;
- Alinhado, com o Planejamento Estratégico Institucional do MMA (2024–2027), a Estratégia Federal de Desenvolvimento (2020–2031) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A elaboração do PLS seguiu as fases sugeridas no Caderno de Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável10 da Seges, apresentadas abaixo:

Figura 3 - Eixos temáticos do PLS

Fonte: Elaborado pelos autores

Preparação

A fase de preparação consistiu em organizar as condições institucionais necessárias para a elaboração do PLS/MMA.

Principais atividades:

- Instituição da Comissão Gestora do PLS/MMA, por meio de ato normativo da alta administração;
- Definição de diretrizes estratégicas, considerando documentos referenciais (Caderno SEGES, Planejamento Estratégico Institucional do MMA, Estratégia Federal de Desenvolvimento, Agenda 2030);
- Elaboração do cronograma de trabalho.

Síntese da Fase de Preparação

Quadro 6 - Síntese da fase de preparação

O QUÊ	QUEM	COMO
Formalização da Comissão Gestora do PLS/MMA	Alta administração (Ministro, Secretários e Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA)	Publicação de ato interno (Portaria GM/MMA nº 1.220, de 11 de dezembro de 2024) instituindo a Comissão e designando seus membros.
Definição das diretrizes preliminares para a gestão estratégica de contratações e logística	Comissão Gestora do PLS/MMA com apoio da alta administração	Análise dos documentos de referência (Plano Diretor de Logística Sustentável – SEGES/MGI, Planejamento Estratégico Institucional MMA 2024–2027, Estratégia Federal de Desenvolvimento 2020–2031, Agenda 2030/ODS, Programa de Integridade – Ambiente Íntegro) e elaboração de documento consolidado de diretrizes.
Definição do cronograma de trabalho	Comissão Gestora do PLS/MMA	Elaboração de cronograma contendo etapas, prazos e responsáveis; possibilidade de utilização de planilhas institucionais.
Comunicação e sensibilização inicial	SPOA e Comissão Gestora do PLS/MMA	Divulgação interna por meio de despachos, comunicados e reuniões, destacando objetivos e importância do PLS.

Fonte: Elaborado pelos autores

Elaboração

A fase de elaboração concentrou-se na coleta e análise de dados, construção do diagnóstico institucional e definição das diretrizes, objetivos, metas e ações.

Com o intuito de conferir maior padronização e eficiência ao processo, o MGI disponibilizou a Matriz Orientativa, recomendando sua adoção como instrumento de referência para a estruturação do plano.

Principais atividades:

- Mapeamento do consumo de bens e serviços (energia, água, papel, materiais de expediente, transporte, TIC, contratos, etc);
- Realização de diagnóstico institucional;
- Construção do plano de objetivos, ações e metas, com indicadores, responsáveis e alinhamento estratégico.

Síntese da Fase de Elaboração

Quadro 7 - Síntese da fase de elaboração

O QUÊ	QUEM	COMO
Realização do diagnóstico institucional	Equipe de elaboração do PLS/MMA com apoio da SPOA e das áreas finalísticas	Levantamento de dados quantitativos (consumo de energia, água, papel, combustível, contratos) e qualitativos (entrevistas, questionários, reuniões técnicas). Consolidação em relatório preliminar.
Estabelecimento dos objetivos, metas, ações e indicadores de desempenho	Equipe de elaboração do PLS/MMA em articulação com as unidades responsáveis	Elaboração de metas quantitativas e qualitativas para situação problema, com definição de indicadores claros, verificáveis e compatíveis com a capacidade institucional.
Consolidação do Plano de Objetivos, Ações e Metas	SPOA em conjunto com áreas técnicas	Sistematização das ações propostas em planilha oficial (modelo SEGES/MGI), incluindo prazos, responsáveis, recursos necessários e alinhamento estratégico.

Fonte: Elaborado pelos autores

Aprovação e Publicação

Nessa fase, a minuta do PLS é submetida à alta administração para análise, ajustes e validação antes de ser oficialmente publicado.

Execução

A fase de execução corresponde à implementação progressiva das ações previstas, articuladas com os instrumentos de planejamento e gestão do MMA.

Principais atividades:

- Integração com o Plano de Contratações Anual (PCA), os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e os Termos de Referência (TR);
- Execução descentralizada das ações pelas unidades responsáveis, com acompanhamento da Comissão de Monitoramento e Avaliação, definida em Portaria específica , a ser publicada.

Síntese da Fase de Execução do PLS/MMA 2026–2027

Quadro 8 - Síntese da fase de elaboração

O QUÊ	QUEM	COMO
Implementação das ações previstas no PLS	SPOA, áreas administrativas e técnicas vinculadas	Execução das ações conforme cronograma
Gestão de riscos e ajustes necessários	Comissão Gestora do PLS/MMA com apoio da Alta Administração	Aplicação da Política de Gestão de Riscos do MMA, identificando problemas de execução e propondo ajustes tempestivos.
Comunicação dos avanços	SPOA/Comunicação	Divulgação periódica em canais internos e no portal do MMA, garantindo transparência ativa e engajamento dos servidores.

Fonte: Elaborado pelos autores

Monitoramento e avaliação

Para garantir a efetividade das ações propostas no plano de ações, o monitoramento e a avaliação do PLS/MMA serão realizados por Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser formalmente constituída pela alta administração do Ministério, composta por representantes das unidades envolvidas na implementação do Plano, à qual caberá, dentre outras atividades, o acompanhamento da execução das entregas segundo metodologia de monitoramento.

Nesse sentido, os relatórios de avaliação do PLS/MMA serão subsidiados pelas informações e pelas eventuais ações corretivas registradas nos relatórios de monitoramento semestrais. Esses relatórios destacarão as ações implementadas, os indicadores de desempenho e os possíveis ajustes necessários.

Revisão

Implica em ajustar e atualizar o PLS conforme necessário para garantir sua contínua relevância e eficácia. Cada uma dessas etapas é crucial para garantir que o PLS seja um instrumento eficaz de governança das contratações públicas e de promoção do desenvolvimento sustentável.

Diagnóstico institucional

O objetivo fundamental deste capítulo é apresentar o diagnóstico institucional detalhado da situação atual da gestão logística no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Esta etapa não se limitou à mera coleta de dados, mas serviu como análise de gap (lacunas), crucial para a definição do Plano de Logística Sustentável (PLS). Ao estabelecer a linha de base (baseline) para a aferição de metas, o diagnóstico forneceu uma visão pormenorizada sobre o consumo de recursos, a ocupação dos espaços físicos, as contratações de serviços e as aquisições realizadas pelo órgão, considerando dados coletados a partir de 2022.

Ao oferecer um panorama objetivo da realidade institucional, o diagnóstico possibilita, de forma estruturada, compreender o nível de adoção das práticas alinhadas à política de sustentabilidade na Administração Pública Federal. Essa identificação é essencial, pois subsidia a definição de ações estratégicas que visam à consolidação dos eixos de sustentabilidade do PLS, indicando não apenas o que já está sendo feito (sucessos), mas principalmente o que será necessário fazer ou aprimorar (prioridades) na próxima vigência do Plano.

Metodologia de Levantamento e Fontes de Informação

Para garantir a coerência, a padronização e, sobretudo, a profundidade analítica do diagnóstico, o MMA utilizou a Matriz Orientativa como principal ferramenta de apoio à coleta e à organização dos dados. Essa Matriz, elaborada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), permitiu uma abordagem sistematizada de identificação de pontos de atenção e oportunidades de melhoria.

A metodologia de análise foi rigorosamente aplicada seguindo os sete eixos temáticos previstos no Caderno de Logística do PLS: bens e serviços, estratégia da contratação, fomento, ocupação e pessoas. Essa estrutura de análise foi fundamental para:

Quadro 9 - Metodologia de Levantamento e Fontes de Informação

- Levantamento Preliminar de Metas e Indicadores: Conduzido pela Equipe de Elaboração, esta ação inicial visou identificar os objetivos, metas, ações e indicadores que seriam cruciais para a estrutura futura do PLS.
- Coleta de Dados por Meio da Matriz Orientativa (MGI): Esta foi a principal fonte de dados, sendo conduzida pela Equipe de Elaboração e subsidiada diretamente pelas Coordenações-Gerais da SPOA. O uso da matriz garantiu que a coleta fosse padronizada e alinhada às diretrizes federais, permitindo a correlação direta entre as práticas atuais e os requisitos dos eixos de sustentabilidade.
- Referências e Comparações com Boas Práticas: Foram realizadas pesquisas e comparações com as melhores práticas de sustentabilidade implementadas por outros órgãos e entidades públicas federais, buscando referências para ações futuras.

Fonte: SPOA/MMA

Embora o MMA não tenha contado com um PLS formalmente vigente nos últimos anos, a análise das informações coletadas por meio da Matriz Orientativa permitiu constatar que diversos objetivos e requisitos já foram atendidos ou se encontram em fase avançada de execução. Este fato não apenas reforça o compromisso institucional com a gestão sustentável, mas também delimita o escopo das ações a serem priorizadas no novo PLS.

Principais Ações e Descobertas Institucionais

A seguir, são detalhadas as evidências de sustentabilidade e eficiência já adotadas pelo Ministério, identificando a linha de base e as áreas que demandam maior foco na próxima etapa de planejamento:

Segurança e Ocupação

No que tange ao aprimoramento da segurança patrimonial (eixo Ocupação), o MMA demonstrou progresso expressivo em 2025, se compararmos com os dois últimos execícios. Trata-se da implantação do sistema de monitoramento eletrônico para ingresso no edifício, fruto do Contrato nº 19/2024 (empresa Tecno IT, Tecnologia, Serviços e Comunicação S.A.). O projeto contempla a locação de um sistema integrado de vigilância eletrônica e está em fase avançada de instalação de equipamentos e implementação do controle de acesso, garantindo maior proteção e rastreabilidade.

Paralelamente, o diagnóstico identificou a necessidade de otimização dos espaços ocupados e das estações de trabalho. Embora a ocupação atual seja funcional, há um potencial a ser explorado para maximizar a eficiência no uso das instalações, promovendo a racionalidade e permitindo a inclusão de novos servidores e colaboradores nos andares sob a responsabilidade do MMA, evitando custos desnecessários com reformas.

- (Linha de Base: Implementação de segurança em curso e identificação de oportunidades para otimização do uso do espaço físico.
- Foco futuro: Consolidação do sistema de segurança, inclusão de métricas de eficiência no controle de acesso e elaboração de um Plano de Racionalização de Espaços Físicos e Estações de Trabalho.)

Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

No âmbito da sustentabilidade nas aquisições (eixo Bens e Serviços), observou-se um crescimento na aplicação de critérios socioambientais nas compras:

- Itens de Almoxarifado Sustentáveis: Houve uma evolução clara na quantidade de itens de almoxarifado adquiridos com requisitos sustentáveis: 719 itens em 2023, 940 itens em 2024 e 472 itens já registrados em 2025.
- Priorização de Papel: É notável que 100% das resmas de papel adquiridas atendem integralmente aos critérios de sustentabilidade estabelecidos, demonstrando a priorização por materiais de menor impacto ambiental.
- (Linha de Base: Alto percentual de compras sustentáveis.

- Foco futuro: Expansão da aplicação de critérios socioambientais para novas categorias de bens e serviços e rigor na fiscalização de conformidade).

Metodologia de aferição dos custos indiretos

A gestão de compras sustentáveis na Administração Pública exige uma metodologia que vá além do preço imediato de aquisição. Nesse contexto, o Plano de Logística Sustentável (PLS), em atendimento ao art. 8º, II, da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, deve prever uma metodologia para a aferição dos custos indiretos (CI) relacionados ao ciclo de vida do objeto contratado.

O Conceito de Custos Indiretos (CI)

Custos indiretos (CI) são todas as despesas que transcendem o custo de aquisição de um bem ou serviço. Eles englobam fatores que afetam o dispêndio da Administração ao longo do tempo de utilização do objeto, desde que sejam objetivamente mensuráveis, conforme previsto no art. 34, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Exemplos de componentes dos Custos Indiretos:

Operação e Utilização: Energia, insumos e consumíveis.

Manutenção e Reposição: Peças, serviços de assistência técnica.

Descarte e Resíduos: Custos de logística reversa e tratamento.

Impactos Ambientais e Sociais: Custos relacionados à mitigação de danos ou externalidades negativas.

Depreciação: Perda de valor do bem ao longo do tempo.

Aferição pelo Custo Total de Posse (CTP)

A aferição dos custos indiretos é obrigatória e deve utilizar o conceito de Custo Total de Posse (CTP) como ferramenta para definir o menor dispêndio para a Administração, revelando os "custos ocultos" de uma contratação:

$$\text{CTP} = \text{Custo de Aquisição (CA)} + \text{Custos Indiretos (CI)}$$

A proposta mais vantajosa para a Administração não é mais definida apenas pelo menor preço inicial, mas sim pela avaliação integrada de todos os custos envolvidos no ciclo de vida do objeto, incluindo fatores financeiros, sociais e ambientais.

O Paradigma "Do Berço ao Berço" (Cradle to Cradle)

A gestão da cadeia de suprimentos sustentável deve alinhar-se aos princípios da economia circular, promovendo o retorno do resíduo da atividade para a cadeia produtiva,

seja como novo insumo (matéria-prima) ou insumo reaproveitável.

O paradigma "do berço ao berço" (Cradle to Cradle) é o conceito central dessa abordagem. Ele exige que, no planejamento das especificações de produtos e serviços, seja considerada a destinação sustentável dos resíduos, garantindo que o ciclo de vida do objeto se feche sem gerar lixo ou impacto ambiental negativo.

Objetivos da Inclusão dos Custos Indiretos:

- Revelar custos financeiros ocultos.
- Permitir comparações justas entre propostas.
- Incorporar a sustentabilidade na análise de custo-benefício.
- Subsidiar a realização de compras estratégicas.
- Diretrizes de Implementação no MMA

A metodologia de aferição dos custos indiretos utiliza ferramentas como a Análise do Ciclo de Vida (ACV) e a Avaliação de Custos do Ciclo de Vida (ACCV), seguindo os seguintes procedimentos no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima:

1. Definição das categorias prioritárias de bens e serviços.
2. Inclusão obrigatória da análise de custos indiretos nos Estudos Técnicos Preliminares (ETPs).
3. Inclusão de cláusulas em editais que exijam informações técnicas dos fornecedores sobre os CI.
4. Monitoramento contínuo dos indicadores definidos.

Energia e Eficiência

Em relação à eficiência energética e ao uso racional de recursos (eixo Bens e Serviços), o MMA alcançou metas importantes:

- Iluminação: Constatou-se que 100% das lâmpadas instaladas no MMA são do tipo LED, totalizando 8.058 unidades, um fator crucial para a redução de consumo energético e custos operacionais associados.
- Refrigeração (Selo Procel): O objetivo de elevar o percentual de equipamentos de refrigeração com Selo Procel foi plenamente alcançado. O MMA possui um total de 60 equipamentos (23 refrigeradores e 37 frigobares), todos com certificação Procel de eficiência energética, adquiridos entre 2002 e 2025.
- (Linha de Base: Eficiência energética máxima em iluminação e refrigeração.
- Foco futuro: Desenvolvimento de projetos para monitoramento do consumo de água e energia per capita e ações de educação ambiental junto aos servidores).

Gestão de Resíduos e Logística Reversa

Com relação à gestão de resíduos (eixo Bens e Serviços), houve um engajamento total na logística reversa:

- Resíduos de Impressão: Foi verificado que 100% dos resíduos de suprimentos de impressão (como cartuchos, toners, cilindros, etc.) foram destinados à logística reversa, garantindo o descarte ambientalmente adequado.
- (Linha de Base: Conformidade total com a Política Nacional de Resíduos Sólidos na destinação de suprimentos de impressão.
- Foco futuro: Formalização e expansão da coleta seletiva e do descarte adequado para outras categorias de resíduos (e.g., eletrônicos, pilhas).

Figura 4 - Destaques

100%
Iluminação Eficiente
Todas as 8.058 lâmpadas instaladas no MMA são de tecnologia LED

100%
Logística Reversa para impressão
Todas os resíduos de suprimentos de impressão (toners, cartuchos) são corretamente destinados

Sustentabilidade como Requisito
Termos de Referência e outros documentos das contratações já incluem requisitos de sustentabili-

Fonte: Elaborado pelos autores

Gestão Patrimonial e Mobilidade Sustentável

Controle Patrimonial (SIADS): Foi implantado o Sistema de Gestão de Almoxarifado (SIADS), proporcionando maior controle, rastreabilidade e transparência sobre o patrimônio público institucional.

- Mobilidade: No eixo de mobilidade sustentável (eixo Pessoas e Ocupação), o Ministério incentiva a ciclomobilidade com a implantação de bicicletário e vestiário, oferecendo infraestrutura para servidores que utilizam a bicicleta como meio de deslocamento.
- (Linha de Base: Ferramentas modernas de controle patrimonial e incentivo à mobilidade ativa. Foco futuro: Mensuração da taxa de utilização do bicicletário e elaboração de um plano de incentivo ao uso de transportes alternativos/baixa emissão.)

Análise de Contratações e Aquisições (Exercício 2024)

A análise das contratações e aquisições efetuadas no exercício de 2024 (eixo Estratégia da Contratação), permitiu traçar o perfil de gastos, cujos valores e modalidades foram:

Quadro 10 - Perfil de gastos por modalidade

Inexigibilidade: **R$ 141.673,00**	Dispensa Eletrônica: **R$ 143.939,48**
Adesões e IRP: **R$ 7.992.755,85**	Pregão Eletrônico: **R$ 10.718.293,64**

Fonte: SPOA/MMA

Verificou-se que os artefatos de contratação já incorporam requisitos de sustentabilidade. No entanto, o diagnóstico identificou uma lacuna crucial (gap): o MMA deve, nas futuras contratações, garantir que estes requisitos sejam incorporados de maneira mais específica e detalhada, adequando-se à natureza particular de cada objeto, de modo a evitar cláusulas genéricas e maximizar o impacto sustentável das compras.

A consolidação dessas ações, mesmo na ausência de um PLS formal vigente, atesta o comprometimento do MMA com a legislação e a gestão responsável, e fornece a base objetiva para a formulação de metas e indicadores específicos e mensuráveis para o próximo ciclo do Plano de Logística Sustentável. Considerando a orientação disponibilizada por meio da Matriz Orientativa do Plano de Logística Sustentável, foi realizada a coleta e análise das informações referentes às ações implementadas pelo MMA. Embora o MMA não possua, no presente momento, PLS vigente formalizado, é possível constatar que diversos objetivos previstos na matriz já foram atendidos ou encontram-se em fase avançada de execução, demonstrando a continuidade e o compromisso institucional com a gestão sustentável.

Relação entre eixos temáticos e situações levantadas

Após a conclusão do diagnóstico atual do órgão, realizado na etapa de Preparação, constatou-se a existência de situações problema, as quais este PLS busca tratar, relacionadas a cada um dos 7 Eixos Temáticos previamente apresentados. Segue tabela ilustrativa da referida relação:

Quadro 11 - Eixos temáticos e situações levantadas

Eixo Temático	Situações Problema	
	ID	Descrição
Eixo 01 - Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços.	SP1	Elevado consumo de água
	SP2	Elevado consumo de energia elétrica
	SP3	Elevado consumo de galões de água
	SP4	Elevado número de impressões e papel
	SP5	Número reduzido de campanhas para incentivar novos usuários a aderirem à mobilidade sustentável
	SP6	Equipamentos eletrônicos demandando destinação sustentável
Eixo 02 - Racionalização da ocupação dos espaços físicos.	SP7	Ausência de espaço adequado para amamentação
	SP8	Despesas recorrentes com mudanças de layout
	SP9	Verifica-se a sub-utilização do uso dos espaços físicos em alguns setores do MMA, decorrente da adoção do teletrabalho no âmbito do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) em regime parcial e integral.
Eixo 03 - Identificação dos objetivos de menor impacto ambiental.	SP10	Alto consumo energético de equipamentos de ar-condicionado antigos.
	SP11	Os elevadores são antigos com registro frequente de falhas operacionais.
	SP12	Equipamentos de tecnologia da informação obsoletos apresentam maior consumo de energia.
	SP13	Ausência de gestão eficiente das emissões de CO_2 decorrentes de deslocamentos, consumo energético e práticas operacionais.

Eixo 05 – Inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas.	SP14	Os instrumentos convocatórios incorporam apenas os requisitos mínimos legais presentes nas minutas da AGU, não contemplando critérios ampliados de responsabilidade social, que assegurem a seleção de fornecedores socialmente responsáveis e afastem contratação de empresas que não atendam aos princípios de responsabilidade social.
Eixo 06 - divulgação, conscientização e capacitação acerca da logística sustentável	SP15	Falta no MMA de uma Plataforma, a exemplo da Educamb, que possibilite a existência de um depositório de cursos e capacitações elaboradas pelo MMA, para servidores e público externo.
	SP16	As campanhas de conscientização atualmente realizadas não são suficientes ou não contemplam de forma contínua e específica os temas de consumo consciente de água, energia e papel, reduzindo seu impacto sobre o comportamento dos usuários do Bloco B.
	SP17	As capacitações ofertadas podem não contemplar as necessidades relacionadas às metas do PLS, o que pode comprometer a manutenção do conhecimento necessário à sua execução.
	SP18	Baixa adesão impede monitoramento adequado da saúde, dificultando ações preventivas e podendo aumentar afastamentos.
	SP19	Ausência de comissão prejudica governança, transparência e acompanhamento do Plano de Logística Sustentável.
	SP20	A ausência de ações estruturadas de QVT pode comprometer o bem-estar e a qualidade de vida dos servidores, reduzindo os benefícios esperados pela instituição.
7. Gestão humanizada, inclusão, equidade e diversidade	SP21	Baixa inclusão de mão de obra de mulheres vítimas de violência doméstica
	SP22	Deficiência na implementação de ações institucionais voltadas à prevenção e ao combate ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, comprometendo o bem-estar, a segurança psicológica e a integridade institucional.

Fonte: SPOA/MMA

Plano de ações e metas por Eixo Temático

Após a identificação das situações-problema, procedeu-se ao alinhamento dessas questões com as diretrizes estratégicas previamente definidas, de modo a subsidiar a elaboração de planos de ação estruturados em eixos temáticos. Cada eixo contempla objetivos específicos acompanhados de ações, metas, indicadores de desempenho, recursos necessários e riscos associados.

Essa sistematização busca assegurar a coerência entre os problemas diagnosticados e as estratégias de enfrentamento propostas, facilitando o acompanhamento e a avaliação dos resultados.

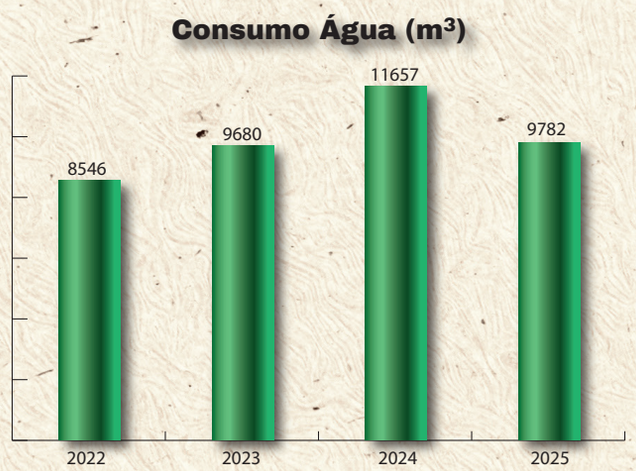
Na sequência, os Planos de Ações serão apresentados de forma organizada por eixo temático, em quadros padronizados, permitindo a visualização integrada entre as situações-problema, as informações de monitoramento, os recursos empregados e os potenciais riscos.

SITUAÇÃO PROBLEMA: Elevado consumo de água (SP01).

Quadro 12 - Água

Objetivo				
Promover o consumo racional de água.				
Indicador	**Unidade de medida**		**Meta 2027**	
Consumo total de água e esgoto.	m^3		Manter o consumo atual	
Plano de ação	**Prazo**		**Unidades Envolvidas**	
1. Instalar dispositivos economizadores (arejadores e redutores de vazão).	dez 2027		CGGA	
2. Realizar manutenção preventiva e corretiva para eliminar vazamentos.	Contínua		CGGA	
3. Realização de campanhas para viabilizar o uso racional da água.	dez 2026		CGGA	
Dados coletados	**2022**	**2023**	**2024**	**2025***
Consumo total de água e esgoto (m3).	8.546	9.680	11.657	9.782
Variação percentual em relação ao ano anterior	-	13,27%	20,42%	-16,08%
Riscos envolvidos	Restrições orçamentárias.			

* até setembro de 2025.



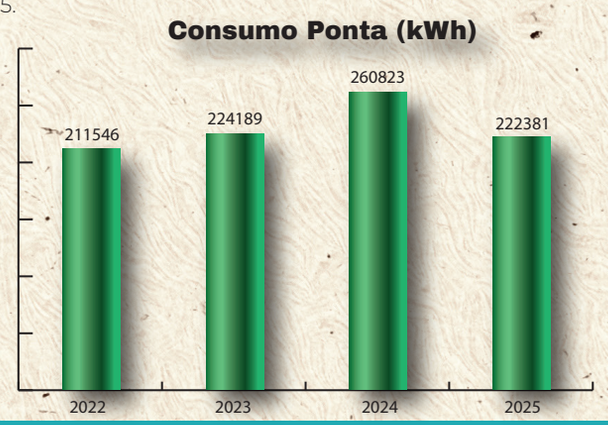
Fonte: SPOA/MMA

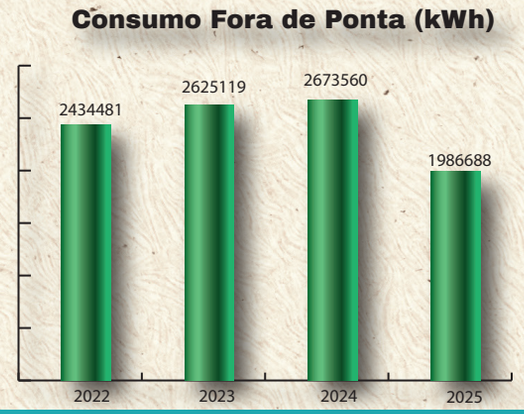
SITUAÇÃO PROBLEMA: Elevado consumo de energia elétrica (SP02).

Quadro 13 - Energia elétrica

Objetivo				
Promover o consumo racional de energia elétrica				
Indicador	**Unidade de medida**		**Meta 2027**	
Consumo total de energia elétrica.	kwh³		Manter o consumo atual	
Plano de ação	**Prazo**		**Unidades Envolvidas**	
1. Instalar sensores de presença e temporizadores em ambientes de uso intermitente;	dez 2027		CGGA	
2. Substituir equipamentos em geral por modelos mais eficientes;	dez 2027		CGGA	
3. Implementar ferramenta automatizada de envio de lembretes diários para os usuários, orientando sobre o desligamento de luzes, computadores, ar-condicionados e demais equipamentos elétricos;	jun 2026		CGTI	
4. Realização de campanhas para viabilizar o uso racional de energia elétrica.	dez 2026		CGGA	
Dados coletados	**2022**	**2023**	**2024**	**2025***
Consumo Ponta (kWh)	211.546	224.189	260.823	222.381*
Variação percentual em relação ao ano anterior	-	5,98%	16,34%	-14,74%
Consumo Fora de Ponta (kWh)	2.434.481	2.625.119	2.673.560	1.986.688*
Variação percentual em relação ao ano anterior	-	7,83%	1,85%	-25,69%
Riscos envolvidos	Restrições orçamentárias.			

* até setembro de 2025.





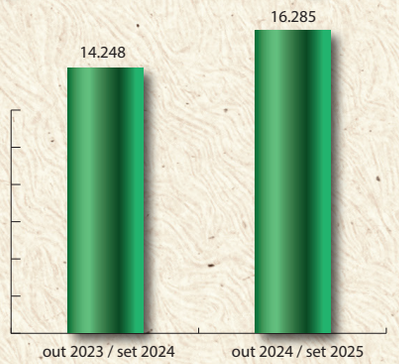
Fonte: SPOA/MMA

SITUAÇÃO PROBLEMA: Elevado consumo de galões de água (SP03).

Quadro 14 - Galões de água

Objetivo		
Substituir o consumo de água em galão por bebedouros ou purificadores de água		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2027**
Consumo total de embalagens plásticas retornáveis para água mineral envasada (galões ou garrafões de 10 ou 20l)	galão de 20l	Redução de 5%
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Substituir o consumo de água em galão por bebedouros ou purificadores de água na copa do pavimento térreo pela copeira, bem como garantir manutenção periódica e troca de filtros conforme recomendações técnicas.	dez 2027	CGGA
2. Promover campanhas internas para estimular o uso consciente da água.	dez 2026	CGGA
Dados coletados	**out 2023 / set 2024**	**out 2024 / set 2025**
Consumo de embalagens plásticas retornáveis para água mineral envasada (galões de 20l).	14.248	16.285
Variação percentual em relação ao ano anterior	14,30%	
Riscos envolvidos	Restrições orçamentárias; resistência inicial de usuários à mudança de hábito	

Consumo de embalagens plásticas retornáveis para água mineral envasada (galões de 20l)



Fonte: SPOA/MMA

SITUAÇÃO PROBLEMA: Elevado número de impressões e papel (SP04).

Quadro 15 - Impressões

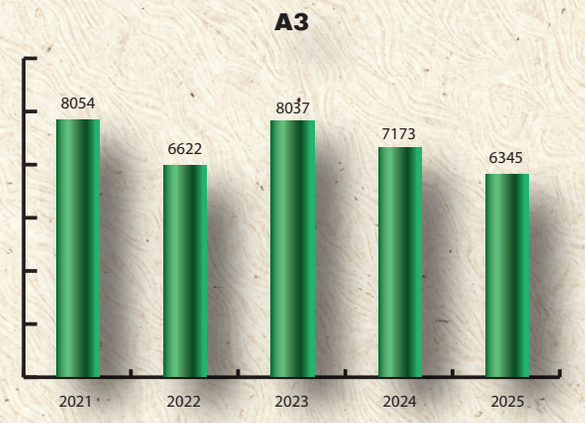
Objetivo		
Promover o consumo racional de equipamentos de impressão.		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2027**
Quantidade total de impressões realizadas em equipamentos de impressão locados.	impressões realizadas	Redução de 2%
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Estimular o uso de documentos digitais, priorizando o compartilhamento (sharepoint).	dez 2026	CGTI
2. Configurar as impressoras para impressão automática frente e verso (duplex).	dez 2026	
3. Ampliar o uso do sistema de impressão com autenticação por PIN em todas as áreas de gestão, permitindo maior controle e rastreabilidade.	dez 2026	
4. Manter o registro dos documentos impressos em banco de dados seguro, possibilitando auditorias internas quando necessário.	dez 2026	
5. Realizar campanhas de conscientização contínuas.	dez 2026	
Riscos envolvidos	Restrições orçamentárias; resistência inicial de usuários à mudança de hábito	

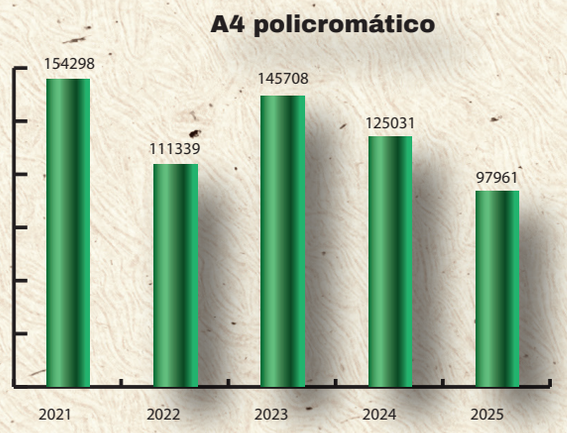
Fonte: SPOA/MMA

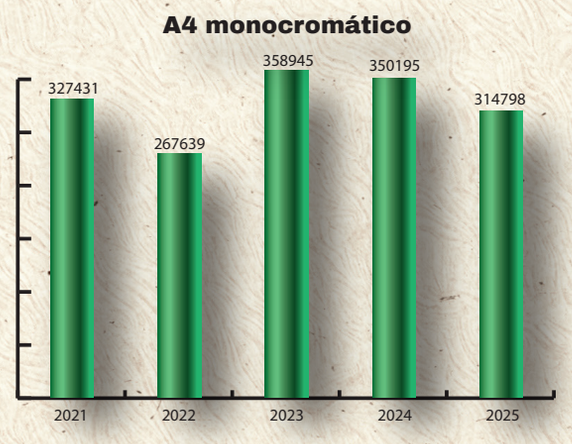
Quadro 16 - Papel

Descrição	2021			2022			2023		
Formato da impressora	A3	A4P	A4M	A3	A4P	A4M	A3	A4P	A4M
Quantidade de equipamentos de impressão ou reprografia em uso, próprios ou locados.	8.054	154.298	327.431	6.622	111.339	267.639	8.037	145.708	358.945
Variação percentual em relação ao ano anterior				-17,78%	-27,84%	-18,26%	21,37%	30,87%	34,12%
Dados coletados	**2024**			**2025***			**2026**		
Quantidade total de impressões realizadas em equipamentos de impressão locados.	7.173	125.031	350.195	6.345	97.961	314.798	-	-	-
Variação percentual em relação ao ano anterior	-10,75%	-14,19%	-2,44%	-11,54%	-21,65%	-10,11%			

* até setembro de 2025.







Fonte: SPOA/MMA

SITUAÇÃO PROBLEMA: Infraestrutura insuficiente para atender e incentivar mobilidade sustentável. (SP05).

Quadro 17 - Mobilidade sustentável

Objetivo		
Incentivar a adesão de novos usuários ao uso de bicicletas.		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2027**
Campanhas realizadas	Campanhas	Realizar 2 campanhas
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Realizar 1 campanha de incentivo ao uso de bicicletas em 2026	dez 2026	CGGA
2. Realizar 1 campanha de incentivo ao uso de bicicletas em 2027	dez 2027	CGGP
Riscos envolvidos	Baixa adesão de novos usuários, mesmo após a realização de campanhas	

Fonte: SPOA/MMA

SITUAÇÃO PROBLEMA: Equipamentos eletrônicos demandando destinação sustentável. (SP06).

Quadro 18 - Equipamentos eletrônicos

Objetivo		
Promover o desfazimento de equipamentos eletrônicos		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2026**
% de equipamentos eletrônicos passíveis de desfazimento *quantidade de equipamentos passíveis de doação / quantidade de equipamentos recolhidos à área de patrimônio) x 100*	%	Desfazer-se de 50% dos equipamentos eletrônicos
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Realizar levantamento de equipamentos eletrônicos e providenciar o desfazimento	dez 2026	CGGA CGTI
Riscos envolvidos	Custos de logística reversa	

Fonte: SPOA/MMA

EIXO TEMÁTICO 2 Racionalização da ocupação dos espaços físicos.

SITUAÇÃO PROBLEMA: Ausência de espaço adequado para amamentação (SP07).

Quadro 19 - Sala de amamentação

Objetivo		
Implementação da sala de amamentação		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2026**
Implementação da sala de amamentação	Sala implantada	Implementação da sala de amamentação
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Identificação e adequação do espaço 2. Aquisição de mobiliário com especificações pela CGGP 3. Elaboração de normas de uso 4. Divulgação do espaço	dez 2026	CGGA CGGP
Riscos envolvidos	falta de espaço	

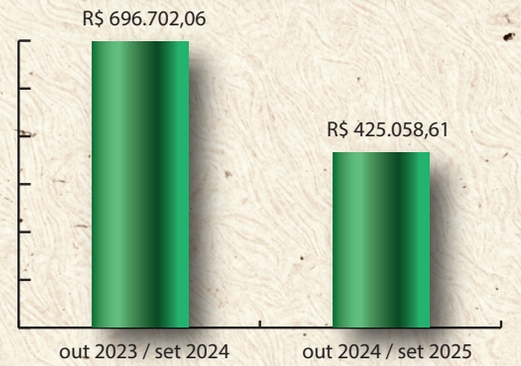
Fonte: SPOA/MMA

SITUAÇÃO PROBLEMA: Despesas recorrentes com mudanças de layout (SP08).

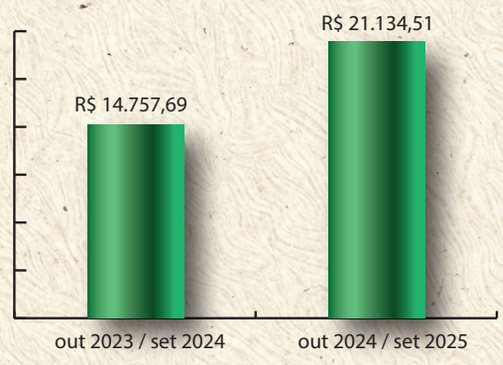
Quadro 20 - Mudança de layout

Objetivo		
Reduzir os custos decorrentes de alterações de layout, minimizando as despesas associadas à instalação de divisórias e às readequações das infraestruturas de TI e elétrica, incluindo pontos de rede, cabeamento estruturado e circuitos elétricos.		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2027**
Gastos com alteração de layout	R$	Redução de 5%
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Planejar adequadamente a otimização dos espacos físicos, considerando previamente as necessidades atuais de cada área, respeitando as limitações prediais (espaço, eletriciade, limite de carga elétrica e térmica, número de pessoas, etc)	dez 2027	CGGA
Dados coletados	**out 2023 / set 2024**	**out 2024 / set 2025**
Gastos com divisórias	R$ 696.702,06	R$ 425.058,61
Variação percentual em relação ao ano anterior	-	-38,99%
Gastos com elétrica/rede	R$ 14.757,69	R$ 21.134,51
Variação percentual em relação ao ano anterior	-	43,21%
Riscos envolvidos	Mudanças organizacionais que demandem novas adaptações; Resistência de equipes a novos layouts; Alterações mal planejadas que gerem retrabalho	

Gastos com divisórias



Gastos com elétrica/rede



Fonte: SPOA/MMA

SITUAÇÃO PROBLEMA: Verifica-se a sub-utilização de estações de trabalho em alguns setores do MMA, decorrente da adoção do teletrabalho no âmbito do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) em regime parcial e integral. (SP09).

Quadro 21 - Taxa de ocupação das estações de trabalho

Objetivo		
Otimizar o uso das estações de trabalho, adotando, no que couber, o compartilhamento, promovendo a redução de custos com infraestrutura.		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2027**
Taxa de ocupação compartilhada das estações de trabalho	%	Aumentar em 5 % a taxa média de ocupação compartilhada das estações de trabalho
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Diagnóstico e levantamento de uso das estações de trabalho por setor (contagem de postos ocupados x disponíveis);	jun 2026	CGGA CGTI CGGP
2. Reorganização física dos ambientes para melhor aproveitamento dos espaços subutilizados.	dez 2026	
3. Elaborar critérios e regras que sirvam de referência para que as chefias possam subsidiar a adoção do compartilhamento de estações de trabalho.	jun 2026	
4. Promoção de campanhas internas de conscientização sobre o uso racional de espaços, condicionando o recebimento de mais pessoas no setor ao compartilhamento de estações de trabalho.	dez 2026	
Riscos envolvidos	Resistência dos servidores à mudança; Conflitos sobre uso compartilhado; Dificuldade de monitorar e manter atualizados os dados de ocupação.	

Fonte: SPOA/MMA

EIXO TEMÁTICO 3 Identificação dos objetivos de menor impacto ambiental.

SITUAÇÃO PROBLEMA: Alto consumo energético de equipamentos de ar-condicionado antigos. (SP10).

Quadro 22 - Modernização do sistema de ar-condicionado

Objetivo		
Reduzir o consumo de energia elétrica e os custos operacionais por meio da modernização e eficiência do sistema de ar-condicionado.		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2026**
% de elaboração do Projeto Executivo de modernização do sistema de ar condicionado	%	Elaborar o projeto executivo de modernização do sistema de ar-condicionado
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Elaboracao do projeto executivo da modernizacao do sistema de ar-condicionado.	dez 2026	CGGA
Riscos envolvidos	Aumento de falhas nos equipamentos; Atraso na modernização por falta do projeto executivo.	

Fonte: SPOA/MMA

SITUAÇÃO PROBLEMA: Os elevadores são antigos com registro frequente de falhas operacionais. (SP11).

Quadro 23 - Modernização dos elevadores

Objetivo		
Elaborar o projeto executivo que fundamentará a modernização dos elevadores, contribuindo para a redução de falhas e dos custos operacionais do edifício.		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2026**
% de elaboração do Projeto Executivo de modernização dos elevadores.	%	Elaborar o projeto executivo de modernização dos elevadores
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Elaboracao do projeto executivo da modernizacao dos elevadores	dez 2026	CGGA
Riscos envolvidos	Aumento de falhas e interrupções no uso dos elevadores; Riscos à segurança dos usuários; Atraso na modernização por falta do projeto executivo.	

Fonte: SPOA/MMA

SITUAÇÃO PROBLEMA: Equipamentos de tecnologia da informação obsoletos apresentam maior consumo de energia. (SP12).

Quadro 24 - Equipamentos da tecnologia de informação

Objetivo		
Promover a substituição de equipamentos da tecnologia de informação obsoletos por versões mais eficientes em termos de consumo energético e durabilidade.		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2026**
% de equipamentos substituídos	%	Substituir 10% dos equipamentos até 2026.
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Adotar políticas de compra sustentável, priorizando equipamentos certificados com selos de eficiência energética (ex.: Procel, Energy Star).	dez 2026	CGTI
2. Estimular o uso de computadores compartilhados, reduzindo a necessidade de equipamentos individuais.	dez 2026	CGTI
Riscos envolvidos	Restrição orçamentária	

Fonte: SPOA/MMA

SITUAÇÃO PROBLEMA: Ausência de gestão eficiente das emissões de CO_2 decorrentes de deslocamentos, consumo energético e práticas operacionais. (SP13).

Quadro 25 - Emissões de CO_2

Objetivo		
Elaborar um plano de ações voltado à diminuição das emissões de CO_2, por meio do levantamento das fontes emissoras e da implementação de campanhas internas para redução da "pegada de carbono".		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2026**
Reduzir em 5 % as emissões de CO_2 até 2027	Ton	Elaborar o projeto executivo de modernização do sistema de ar-condicionado
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Levantar e quantificar as emissões de CO_2 provenientes de viagens institucionais (bilhetes aéreos), utilização de veículos oficiais e deslocamentos a serviço. Aplicar a fórmula: Emissão = Dados da Atividade x Fator de Emissão 2. Realizar campanhas visando a redução de viagens	dez 2027	CGGA
Riscos envolvidos	Dados incompletos ou inconsistentes sobre emissões devido a dificuldade de coleta de dados; infraestrutura tecnológica insuficiente para reuniões remotas; baixa adesão a modais sustentáveis de deslocamento.	

Fonte: SPOA/MMA

EIXO TEMÁTICO 5 Inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas.

SITUAÇÃO PROBLEMA: Os instrumentos convocatórios incorporam apenas os requisitos mínimos legais presentes nas minutas da AGU, não contemplando critérios ampliados de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, que assegurem a seleção de fornecedores sustentáveis e socialmente responsáveis e afastem contratação de empresas que não atendam aos princípios ambientais e de responsabilidade social. (SP14).

Quadro 26 - Certificações de boas práticas ambientais e de responsabilidade social corporativa

Objetivo		
Priorizar empresas que possuam certificações de boas práticas ambientais e de responsabilidade social corporativa em editais públicos.		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2026**
Assegurar que os Termos de Referência, editais e contratos passem a incorporar, de forma padronizada, critérios ampliados de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, incluindo práticas, políticas e comprovações que vão além dos requisitos mínimos previstos nas minutas da AGU.	%	100% de novos artefatos com cláusulas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Complementar as minutas padrão de editais e contratos da AGU com cláusulas específicas de sustenabiliade ambiental e de responsabilidade social, ampliando os requisitos mínimos legais para incluir critérios adicionais de conduta social dos fornecedores.	dez 2027	CGCC CGGA
Riscos envolvidos	Redução da competitividade em licitações e possíveis direcionamentos; Dificuldade de comprovação das certificações pelos fornecedores.	

Fonte: SPOA/MMA

EIXO TEMÁTICO 6 Divulgação, conscientização e capacitação acerca da logística sustentável

SITUAÇÃO PROBLEMA: Falta no MMA de uma Plataforma, a exemplo da Educamb, que possibilite a existência de um depositório de cursos e capacitações elaboradas pelo MMA, para servidores e público externo. (SP15).

Quadro 27 - Plataforma de cursos e capacitações

Objetivo		
Desenvolver e implementar uma plataforma digital que acolha, organize e disponibilize cursos e capacitações produzidas pelo MMA, promovendo a disseminação do conhecimento e ampliando o alcance das ações formativas para servidores e público externo.		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2026**
Implementar Plataforma Educamb	Plataforma Implementada	Implementar Plataforma Educamb
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Definir requisitos técnicos da Plataforma Educamb 2. Contratar empresa que irá desenvolver a Plataforma Educamb, conforme requisitos definidos.	dez 2027	DEA
Riscos envolvidos	Prazo de finalização do contrato; Falta de atualização contínua do conteúdo; Problemas técnicos de plataforma.	

Fonte: SPOA/MMA

SITUAÇÃO PROBLEMA: As campanhas de conscientização atualmente realizadas não são suficientes ou não contemplam de forma contínua e específica os temas de consumo consciente de água, energia e papel, reduzindo seu impacto sobre o comportamento dos usuários do Bloco B.(SP16).

Quadro 28 - Campanhas periódicas de conscientização

Objetivo		
Realizar campanhas periódicas de conscientização para usuários do Bloco B sobre consumo consciente de água, energia e papel, com relatórios de impacto publicados		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2027**
Quantidade de campanhas realizadas	%	Realizar 4 campanhas periódicas
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Planejar e executar 2 campanhas periodicamente, utilizando materiais de comunicação simples e acessíveis para orientar os usuários do Bloco B sobre o consumo consciente de água, energia e papel no ano de 2026;	dez 2026	DEA
2. Planejar e executar 2 campanhas periodicamente, utilizando materiais de comunicação simples e acessíveis para orientar os usuários do Bloco B sobre o consumo consciente de água, energia e papel no ano de 2027.	dez 2027	DEA
Riscos envolvidos	Baixa adesão dos usuários; Redução pouco perceptível no curto prazo.	

Fonte: SPOA/MMA

SITUAÇÃO PROBLEMA: As capacitações ofertadas podem não contemplar as necessidades relacionadas às metas do PLS, o que pode comprometer a manutenção do conhecimento necessário à sua execução. (SP17).

Quadro 29 - Ações de capacitação em sustentabilidade

Objetivo		
Elevar a capacitação dos servidores		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2027**
Quantidade de ações realizadas	Ações realizadas	Realizar 4 ações de capacitação em sustentabilidade
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Realizar 2 ações de capacitação em sustentabilidade no ano de 2026	dez 2026	CGGP
2. Realizar 2 ações de capacitação em sustentabilidade no ano de 2027	dez 2027	CGGP
Riscos envolvidos	Falta de prioridade das unidades; Recursos limitados para capacitação; Baixa participação.	

Fonte: SPOA/MMA

SITUAÇÃO PROBLEMA: Baixa adesão impede monitoramento adequado da saúde, dificultando ações preventivas e podendo aumentar afastamentos. (SP18).

Quadro 30 - Exames periódicos

Objetivo		
Aumentar a Adesão dos Servidores do MMA aos Exames Periódicos		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2027**
% de adesão dos servidores	%	Atingir adesão mínima de 70% ao programa.
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Envio de convocações e lembretes; 2. Campanhas de sensibilização; 3. Facilitar do agendamento; 4. Orientações pré e pós-exames.	dez 2026	CGGP
Riscos envolvidos	Resistência dos servidores; Problemas para agendamento; Sobrecarga de demandas	

Fonte: SPOA/MMA

SITUAÇÃO PROBLEMA: Ausência de comissão prejudica governança, transparência e acompanhamento do Plano de Logística Sustentável. (SP19).

Quadro 31 - Comissão de monitoramento e avalição

Objetivo		
Instituir a Comissão de Monitoramento e Avaliação do PLS/MMA 2026–2027 e elaborar os relatórios semestrais		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2027**
% de adesão dos servidores	Publicação da Portaria Relatórios Elaborados	Instituir comissão por portaria Elaborar relatórios semestrais.
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Indicação de representantes 2. Elaboração da minuta de portaria 3. Publicação da Portaria 4. Definição de calendário para envio dos Relatórios 5. Criação de instrumentos de monitoramento 6. Produção de relatórios	dez 2026	CGGP
Riscos envolvidos	Indisponibilidade dos membros Falta de alinhamento entre áreas Descontinuidade por mudança de gestão; Dados insuficientes para monitoramento	

Fonte: SPOA/MMA

SITUAÇÃO PROBLEMA: A ausência de ações estruturadas de QVT podem comprometer o bem-estar e a qualidade de vida dos servidores, reduzindo os benefícios esperados pela instituição. (SP20).

Quadro 32 - Qualidade de vida no trabalho

Objetivo		
Realizar ações de QVT com vínculo à Agenda 2030		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2027**
Quantidade de ações realizadas	Ações realizadas	Realizar 4 ações de Ações de QVT com vínculo à Agenda 2030
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Planejar e executar 2 ações de Qualidade de Vida no Trabalho alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030	dez 2026	CGGP
2. Planejar e executar 2 ações de Qualidade de Vida no Trabalho alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030	dez 2027	
Riscos envolvidos		

Fonte: SPOA/MMA

SITUAÇÃO PROBLEMA: Baixa inclusão de mão de obra de mulheres vítimas de violência doméstica (SP21).

Quadro 33 - Contratação de mão de obra

Objetivo		
Contratação de mulheres em situação de violência doméstica		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2027**
% de editais ou a avisos de contratação direta com a previsão	%	Incluir, em editais ou avisos de contratação direta para serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, quando o quantitativo for superior a 25 colaboradores, a previsão de que pelo menos 8% das vagas sejam destinadas a mulheres em situação de violência doméstica.
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Incluir, no instrumento convocatório, cláusulas complementares que garantam a reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica.	dez 2027	CGGA CGCC
Riscos envolvidos	Competitividade dos certames limitada devido ao número restrito de empresas aptas a cumprir a exigência.	

Fonte: SPOA/MMA

SITUAÇÃO PROBLEMA: Deficiência na implementação de ações institucionais voltadas à prevenção e ao combate ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, comprometendo o bem-estar, a segurança psicológica e a integridade institucional. (SP22).

Quadro 34 - Plano de Prevenção e Combate ao Assédio e à Discriminação

Objetivo		
Implementar o Plano de Prevenção e Combate ao Assédio e à Discriminação, com a criação de canais seguros de denúncia bem como Promover pelo menos uma ação de capacitação sobre combate ao assédio e discriminação		
Indicador	**Unidade de medida**	**Meta 2026**
Plano de prevenção e combate ao assédio e discriminação implementado. Canal de denúncia confidencial implementado. Ação de capacitação realizada em 2026.	%	Implementar Plano de Combate ao Assédio e a Discriminação; Criar de canais de denúncia confidenciais; Incluir PDP 2026 e realizar no uma ação de capacitação sobre combate ao assédio e discriminação.
Plano de ação	**Prazo**	**Unidades Envolvidas**
1. Implementar o Plano de Prevenção e Combate ao Assédio e à Discriminação. 2. Criar e divulgar canais seguros e confidenciais de denúncia. 3. Realizar a ação de capacitação temática no ano de 2026, alinhada ao Plano de Ação do Plano de Combate ao Assédio e Discriminação do MMA.	dez 2026	OUVIDORIA, CGGP e Comitê Permanente de Enfrentamento ao Assédio
Riscos envolvidos	Resistência cultural e institucional; Atrasos no cumprimento das etapas do Plano; Fragilidade ou indisponibilidade dos canais de denúncia; Insegurança para denunciar	

Fonte: SPOA/MMA

Iniciativas, Ações e Práticas de Sustentabilidade

Este capítulo apresenta as principais iniciativas, ações e práticas de sustentabilidade adotadas pelo MMA. O objetivo é demonstrar como o Ministério incorpora a sustentabilidade em sua gestão, promovendo o uso eficiente de recursos, a redução de impactos ambientais e a melhoria contínua dos processos internos.

As ações descritas abrangem áreas como consumo consciente, gestão de resíduos, eficiência energética, uso racional da água, mobilidade sustentável e compras públicas sustentáveis. Essas práticas reforçam o compromisso institucional do MMA com a responsabilidade socioambiental e com a implementação de uma administração pública mais eficiente e sustentável.

Água

O controle do consumo de água no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) tem como finalidade monitorar continuamente o uso desse recurso essencial, assegurando maior eficiência hídrica, redução de desperdícios e otimização dos custos operacionais. A consolidação de práticas estruturadas de gestão tem permitido aprimorar o desempenho ambiental da unidade e fortalecer o compromisso institucional com a sustentabilidade.

Figura 5 - Redução do consumo de água

Fonte: Adobe Stock.

A comparação entre os anos de 2019 (período pré-pandemia) e 2024 (pós-pandemia) evidencia que, mesmo com o retorno das atividades presenciais e o aumento do número de servidores no complexo dos Ministérios do Meio Ambiente e da Cultura, o padrão de consumo permanece estável.

Em 2019, a média anual registrada foi de 922,75 m^3/mês, enquanto em 2024 o consumo médio alcançou 1.018,41 m^3/mês, variação compatível com o aumento de ocupação do edifício e dentro dos parâmetros esperados para o funcionamento regular da unidade. Essa estabilização demonstra que as ações de uso racional e os mecanismos de

reaproveitamento implementados ao longo dos últimos anos têm sido eficazes, evitando que o consumo retomasse os patamares mais elevados observados antes da pandemia.

Esse comportamento confirma que, apesar do aumento da demanda, inerente ao retorno presencial, o consumo manteve-se controlado e dentro da média histórica, refletindo maior maturidade na gestão hídrica.

Dentre as principais medidas implementadas, destacam-se:

- Sistema de reaproveitamento de água de chuva e água de condensação dos equipamentos de ar-condicionado, utilizada para abastecimento de descargas sanitárias;
- Campanhas de conscientização direcionadas aos servidores e colaboradores sobre práticas de uso racional da água;
- Monitoramento mensal do consumo, com análise de tendências, identificação de desvios e adoção de medidas corretivas sempre que necessário.
- Essas ações integradas têm permitido ao Ministério mitigar desperdícios, otimizar o uso dos recursos hídricos e avançar de forma consistente nas metas de eficiência e sustentabilidade.

Energia

A gestão do consumo de energia elétrica no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) tem sido orientada para o uso eficiente dos recursos energéticos, buscando não apenas a redução de custos, mas também a mitigação dos impactos ambientais associados à geração e ao uso da energia. As práticas de gestão adotadas fortaleceram o compromisso institucional com a eficiência energética e com a sustentabilidade das operações.

A comparação entre os anos de 2019 (período pré-pandemia) e 2024 evidencia um desempenho energético mais eficiente. Em 2019, a média anual registrada foi de 834,92 kW/mês, enquanto em 2024 houve uma redução para 764,00 kW/mês, mesmo com o aumento da ocupação do prédio e o retorno de servidores ao regime presencial.

Figura 6 - Redução do consumo de energia

Fonte: Adobe Stock.

Essa redução demonstra que as medidas implantadas, aliadas ao uso racional da energia pelos servidores, têm sido efetivas para manter o consumo dentro de parâmetros sustentáveis e, em alguns meses, inferiores aos níveis registrados antes da pandemia.

Entre as principais ações implementadas, destacam-se:

- Controle centralizado dos sistemas de climatização, com definição de temperaturas normativas, horários de operação e limitação de acionamentos fora do expediente, evitando desperdícios sem comprometer o conforto térmico bem como a troca os ares-condicionados tipo sprit, mais obsoletos que consomem muita energia além de utilizarem gás R22(nocivo ao meio ambiente), por novos que usam gás R32,com menos consumo de energia e menor nocividade;
- Modernização do sistema de iluminação, com substituição de lâmpadas convencionais por modelos LED em todo o bloco B dando maior eficiência energética e maior vida útil;
- Orientações contínuas aos servidores e equipes de apoio para adoção de práticas de uso sustentável da energia.

Essas iniciativas integradas demonstram que o MMA tem avançado de forma consistente na gestão energética, reduzindo o consumo anual e reforçando seu compromisso com a responsabilidade ambiental e a eficiência no uso dos recursos públicos.

Mobilidade Sustentável

A mobilidade sustentável tem como objetivo reduzir emissões de carbono, minimizar os impactos ambientais associados ao uso de veículos automotores e estimular meios de deslocamento mais limpos e eficientes. Além de contribuir diretamente para a mitigação das mudanças climáticas, essas ações também promovem a melhoria da qualidade do ar, reduzem o trânsito e fortalecem uma cultura institucional voltada à sustentabilidade.

No âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, diversas medidas vêm sendo adotadas com foco nessa agenda. Entre elas, destaca-se a disponibilização de bicicletário e pequeno vestiário para servidores e colaboradores, incentivando o uso de bicicletas como meio de transporte alternativo e saudável. A estrutura oferece mais comodidade para aqueles que optam por deslocamentos não motorizados, reforçando a integração entre mobilidade e bem-estar no ambiente de trabalho.

Outro importante avanço foi a instalação de pontos de recarga para veículos elétricos, abertos ao uso de qualquer cidadão. Essa iniciativa reflete o compromisso do MMA em incentivar a eletromobilidade e ampliar a infraestrutura de apoio a meios de transporte de baixa emissão.

Além disso, houve substituição da frota própria por veículos terceirizados, uma medida que possibilitou a redução de custos de manutenção e depreciação, bem como maior eficiência na gestão dos deslocamentos institucionais. Como etapa seguinte, o Ministério vem conduzindo tratativas para implantação de um projeto piloto de utilização de veículos elétricos destinados à Ministra e ao Secretário-Executivo, com a perspectiva de expansão para outras áreas administrativas a médio prazo.

Essas ações fortalecem a estratégia de descarbonização institucional e de transição para modelos de mobilidade mais sustentáveis. Para o período de 2025 a 2027, a expectativa é ampliar o uso de meios de transporte de baixo impacto ambiental, fortalecer a infraestrutura de apoio à mobilidade ativa e elétrica e consolidar o MMA como referência em práticas de mobilidade sustentável no setor público.

Racionalização da ocupação dos espaços físicos

A ocupação dos espaços físicos do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) está sendo reavaliada de forma estratégica, considerando as novas dinâmicas de trabalho e a necessidade de adequação para acolher novos servidores e colaboradores. Atualmente, o Ministério está instalado no Bloco B da Esplanada dos Ministérios, estrutura compartilhada com o Ministério da Cultura, originalmente planejada para um modelo de trabalho totalmente presencial.

Com a consolidação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), que contempla o teletrabalho parcial e integral, houve uma transformação significativa no padrão de ocupação dos ambientes, permitindo reduzir a necessidade de área física sem comprometer as atividades administrativas. A readequação dos espaços tem como foco otimizar o uso da infraestrutura disponível, melhorar as condições de trabalho e diminuir custos operacionais.

Desfazimento de bens móveis inservíveis

O desfazimento de bens móveis é uma prática essencial de boa gestão patrimonial, prevista na Instrução Normativa nº 205, de 8 de abril de 1988, no Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018 e em demais instrumentos legais que regulamentam o saneamento de materiais inservíveis no âmbito da Administração Pública Federal.

No MMA, essas ações ocorrem anualmente, com vistas à otimização do uso de espaços físicos, à adequada destinação de materiais. Todas as doações incluem cláusula ambiental, garantindo que o destinatário dê destinação ambientalmente adequada aos bens ao final de sua vida útil, em conformidade com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

No último biênio (2023–2024), foram realizados desfazimentos nas seguintes modalidades:

- Materiais permanentes (bens comuns):

  Doação de 823 itens antieconômico e inservíveis, totalizando aproximadamente R$ 801.812,96, destinados a órgãos públicos federais, estaduais, municipais e OSCIPs.

Tecnologia da informação

Com o objetivo de aumentar a eficiência operacional, prolongar a vida útil dos equipamentos e minimizar impactos ambientais, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) tem implementado uma estratégia de modernização inteligente da infraestrutura tecnológica, priorizando o reaproveitamento de ativos em condições de uso e a substituição pontual por equipamentos mais eficientes.

Uma das ações recentes foi a atualização de computadores e notebooks por meio da aquisição de 433 unidades de SSD. A análise técnica indicou que grande parte do parque de TI ainda apresentava condições adequadas de desempenho, o que permitiu a realização de upgrades em vez da substituição integral dos equipamentos. Essa iniciativa está alinhada aos princípios dos 3 Rs da sustentabilidade (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), gerando economia de recursos e diminuindo a produção de resíduos eletrônicos.

Paralelamente, foi realizada a substituição gradual de equipamentos por 87 notebooks convencionais e 154 desktops, ambos de alto desempenho, mais modernos, com menor consumo energético e maior eficiência operacional. Essas medidas melhoram o desempenho das atividades e contribui para a redução do consumo de energia elétrica, em consonância com as metas de sustentabilidade previstas no PLS.

Outro marco relevante foi a renovação do parque de servidores do data center, com a aquisição de equipamentos de maior capacidade de processamento e armazenamento, como a aquisição das soluções NAS e NetApp.

A aquisição das soluções NAS, especialmente da NetApp, contribui para a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética, alinhando-se às diretrizes de TI Verde (Green IT) e às metas de desenvolvimento sustentável do setor público:

- Eficiência energética: os equipamentos NetApp são projetados para baixo consumo de energia e resfriamento otimizado, reduzindo significativamente a pegada de carbono da infraestrutura de TI.
- Consolidação de servidores: ao centralizar e otimizar o armazenamento, diminui-se o número de equipamentos necessários, reduzindo consumo elétrico, espaço físico e emissão de calor.

Figura 7 - Tecnologia da informação

Fonte: Adobe Stock.

- Ciclo de vida prolongado: soluções modulares e atualizáveis prolongam a vida útil do hardware, evitando descarte prematuro de equipamentos.
- Reciclagem e descarte responsável: a NetApp adota políticas de reuso e reciclagem de componentes, compatíveis com normas internacionais de sustentabilidade.
- Otimização do uso de recursos: tecnologias de deduplicação e compressão reduzem a necessidade de novos discos físicos, minimizando o uso de metais, plásticos e energia na produção.
- Suporte a estratégias de desmaterialização: com dados digitalizados, seguros e centralizados, o órgão reduz o uso de papel e impressões, estimulando práticas administrativas mais sustentáveis.

Assim, a substituição de servidores antigos por unidades mais modernas permitiu dobrar a capacidade operacional e reduzir significativamente a demanda energética, além de otimizar a infraestrutura física do ambiente de TI.

Complementarmente, os computadores e notebooks seguem políticas de gerenciamento de energia, que incluem:

- Desligamento automático dos monitores após 10 minutos de inatividade;
- Modo de suspensão dos equipamentos após 30 minutos de inatividade.

Qualidade de vida no trabalho

No âmbito do MMA, as iniciativas voltadas à Qualidade de Vida no Trabalho - QVT têm como objetivo promover a saúde e bem-estar do corpo funcional, bem como ações de sensibilização para a temática da inclusão e diversidade.

Figura 8 - Qualidade de vida no trabalho

Fonte: Adobe Stock.

Ações realizadas

No período recente, o MMA implementou uma série de ações, dentre as quais destacam-se:

- Ações de conscientização de datas e marcos importantes, tais como o Janeiro Branco (saúde mental), Setembro Amarelo (combate ao suicídio), Outubro rosa (conscientização sobre o controle do câncer de mama), Dia Internacional da Mulher, Abril Azul (mês de conscientização do autismo);

Ao longo de 2024, foram realizadas 7 ações voltadas à promoção da Qualidade de Vida no Trabalho e ao fortalecimento do bem-estar no ambiente organizacional. As iniciativas incluíram: Ações no Mês da Mulher, com aulas de hatha vinyasa yoga, sessões de reiki e rodas de conversa sobre gestão do tempo; Dia das Mães, com exibição do curta "Felícia e os Super Resíduos do Bem" e interação conduzida pela autora sobre descarte correto e reaproveitamento de resíduos; a campanha "VEM DE BICI", incentivando o uso da bicicleta por servidores e colaboradores; a campanha de Doação de Sangue, realizada em parceria com o Hemocentro; as ações do Setembro Amarelo, voltadas à prevenção do suicídio e à promoção da saúde mental; as palestras e rodas de conversa em comemoração ao Dia do Servidor; e as atividades do Novembro Azul, com palestras dedicadas à saúde do homem.

- Rodas de Conversa e de Palestras, realizadas mensalmente, com temáticas voltadas à promoção da saúde mental e bem-estar, diversidade e inclusão;

Ao longo do ano de 2025, foram realizadas 11 rodas de conversa voltadas à promoção da Qualidade de Vida no Trabalho e ao fortalecimento da saúde mental.

As atividades ocorreram nas seguintes datas e temáticas: "Como tem sido até aqui?" (14/02); "Mês da Mulher MMA e MinC (Roda de Conversa com Ouvidora-Geral da União" (27 a 31/03); "Saúde mental no trabalho – Desenvolvendo estratégias: Tecnoestresse" (15/05); "Saúde mental no trabalho – Desenvolvendo estratégias 2" (10/07); "Comunicar é Conectar" (27/08); "Sinais no Ambiente: Como perceber o sofrimento e cultivar o cuidado – Grupo Entrelinhas/UnB" (25/09); "Setembro Amarelo: Conversar Muda Vidas – CVV" (30/09); "Outubro em Rosa: cuidados e reflexões para a prevenção – Dr. Eduardo Vissotto" (02/10); "Dia do Servidor: Estratégias de regulação emocional para o bem-estar – Psicóloga Aline Alan" (29/10); "Espiritualidade, neurociência e bem-estar" (18/11); e "Como se encerra o ano?" (10/12). Além disso, foi realizada a campanha "Agosto Lilás", texto enviado por e-mail para todo o MMA/SFB" em19/08.

- Escuta Psicológica Qualificada – disponibilização de ferramenta de escuta, acolhimento, apoio e orientação psicológica aos servidores do MMA, guiado por psicólogas, visando a prevenção e a manutenção da saúde mental no ambiente de trabalho, considerando a psicodinâmica dos processos que ocorrem neste ambiente. Desde o início do projeto, em 2024, houve 55 servidores inscritos e destes, 45 servidores atendidos.;
- Realização de Exames Médicos Periódicos, com o objetivo de prevenir e detectar precocemente problemas de saúde. Aproximadamente 300 servidores foram atendidos.

No que se refere às ações de desenvolvimento, considerando a importância

da capacitação contínua dos servidores e o aprimoramento de suas competências para o trabalho, o Plano de Desenvolvimento de Pessoas – 2026 prevê a formação em temáticas relacionadas à sustentabilidade, diversidade e inclusão, dentre suas necessidades de desenvolvimento transversais.

As ações de desenvolvimento e de qualidade de vida no trabalho refletem o compromisso institucional do MMA com a valorização e bem-estar de seus profissionais e com a promoção de um ambiente de trabalho mais saudável, humano, inclusivo e acolhedor.

Anexos Normativos e referências

- Constituição Federal, art. 225.
- Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Lei nº 12.187/2009 – Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- Decreto nº 10.531/2020 – Estratégia Federal de Desenvolvimento 2020–2031.
- Decreto nº 11.430/2023 – Reserva mínima de mão de obra para mulheres em situação de violência doméstica.
- Decreto nº 11.646/2023 – Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto.
- Decreto nº 9.203/2017 – Política de Governança Pública.
- Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 – Governança das contratações públicas.
- Portaria SEGES/MGI nº 5.376/2023 – Modelo de referência para elaboração dos PLS.
- Portaria GM/MMA nº 896/2023 – Programa de Integridade "Ambiente Íntegro".
- Portaria GM/MMA nº 1.012/2024 – Planejamento Estratégico Institucional MMA 2024–2027.
- Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Portaria de designação das representações para compor a Comissão Gestora de Implementação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, instituída pela

- Portaria MMA nº 1.183, de 23 de outubro de 2024PORTARIA GM/MMA Nº 1.220, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024

Modelo de Relatório de Acompanhamento de Ações

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES DO
PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Unidade Responsável: [Nome da unidade]

Período: [Data Inicial] – [Data Final]

1. Introdução

Objetivo: Este relatório tem como objetivo apresentar o progresso da(s) ação(ões) relacionada(s) à Situação Problema [XX], sob responsabilidade da [Nome da Unidade], referente ao período de [Data Inicial] a [Data Final].

Contexto: Descrever brevemente a relação das ações da unidade com o eixo temático do PLS ao qual estão vinculadas e seu impacto na promoção da sustentabilidade no órgão.

2. Descrição da(s) Ação(ões)

Apresentar cada situação problema conforme tabela abaixo:

ID da Situação Problema	Situação Problema	Descrição da ação	Objetivo	Meta
SP(XX)	Descrever a situação problema que a ação se propõe a solucionar, conforme descrito no PLS	Descrever a ação conforme detalhado no Plano de Ações e Metas do PLS	Descrever o objetivo ao qual a ação está vinculada, conforme descrito no PLS	Descrever a meta da ação a ser alcançada durante o período do relatório, conforme descrito no PLS

3. Resultados Alcançados

Para cada ação descrita na seção anterior, apresentar os seguintes dados:

Ação: [Descrição da ação]

- Status da ação: [Em andamento, Concluída, Atrasada, Suspensa]
- Resultados obtidos:
- Apresentar os resultados quantitativos e qualitativos da ação no período do relatório
- Utilizar gráficos, tabelas e/ou indicadores de desempenho para ilustrar os resultados.
- Exemplo: "Redução de 10% no consumo de energia elétrica no período do relatório."
- Análise dos Resultados:
- Comparar os resultados obtidos com a meta estabelecida para o período, analisando se a meta foi atingida, parcialmente atingida ou não atingida.
- Comentar sobre os fatores que contribuíram para os resultados, sejam eles positivos ou negativos.
- Exemplo: "A meta de diminuição do consumo de água foi alcançada após a implementação de dispositivos economizadores e a realização de campanhas de conscientização."
- Dificuldades encontradas:
- Descrever as dificuldades e os desafios encontrados durante a execução da ação no período.
- Exemplo: "A indisponibilidade de fornecedores no mercado impactou a execução da ação dentro do prazo estabelecido."
- Próximos Passos:
- Descrever as próximas etapas a serem realizadas para a continuidade da ação.
- Indicar a data prevista para a conclusão da ação, se ainda em andamento.
- Exemplo: "Finalizar a instalação dos sensores de presença em todos os ambientes da unidade até [data]."

4. Conclusões

- Resultados Gerais: Sintetizar os resultados gerais da unidade no período, destacando o cumprimento das metas e objetivos do PLS.

- Lições Aprendidas: Comentar sobre as lições aprendidas durante a execução das ações no período, identificando boas práticas e pontos de atenção para o futuro.
- Recomendações: Apresentar recomendações para a melhoria das ações em andamento e para o planejamento de novas ações.

5. Anexos (Opcional)

Incluir documentos que comprovem os resultados obtidos, como fotos, planilhas de dados, registros de treinamentos etc.

Considerações:

Este modelo de relatório deve ser adotado pelas unidades encarregadas de executar as ações do PLS, a fim de acompanhar periodicamente os resultados, conforme o cronograma estabelecido pela equipe gestora.
É fundamental que os relatórios sejam produzidos com clareza, objetividade e informações precisas, de modo a facilitar a análise e apoiar a tomada de decisões.
Cabe à equipe gestora do PLS reunir os relatórios das unidades e elaborar um documento consolidado, apresentando a avaliação geral do desempenho do PLS no órgão.

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO